

FAVELAS SOB O CONTROLE DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO que paz?

ALBA ZALUAR
ISABEL SIQUEIRA CONCEIÇÃO

Resumo: O presente artigo analisa o surgimento e expansão das milícias no Rio de Janeiro que controlam territórios de favelas, comparando este poder militar com o domínio exercido por facções de traficantes em outras favelas. Os dados são da Pesquisa de Vitimização em Favelas 2007, de reportagens de jornais de grande circulação do país e da pesquisa etnográfica realizada na favela Rio das Pedras em 2007 e 2008.

Palavras-chave: Milícias. Crime organizado. Segurança privada.

Abstract: The present paper analyses how militias in Rio de Janeiro appeared, expanded and started to control territories inside shantytowns (*favelas*), comparing this armed power to the one that factions or commandos of traffickers implement in other shantytowns. Data comes from a victimization survey carried out in 2007 only with favela dwellers, as well as reports from newspapers and an ethnographic research done in favela Rio das Pedras in 2007 and 2008.

Key words: Militias. Organized crime. Private security.

Uma forma de poder ganha espaço paulatinamente nas favelas cariocas. São as chamadas “milícias”, que, segundo os mais importantes jornais da cidade, seriam organizações formadas primordialmente por policiais e bombeiros militares, além de guardas penitenciários – ativos ou aposentados –, que garantem a segurança de moradores de algumas vizinhanças em troca de uma taxa mensal. Há uma diversidade de situações na relação entre milicianos e moradores, sendo que as mais desenvolvidas no processo de vender segurança são as de milicianos que, além de imporem o seu serviço aos moradores amedrontados, acrescentam outras exigências, tais como a compra de mercadorias mais caras, a compra de sinal ilegal de TV a cabo, o pagamento de taxas por cooperativas de transporte alternativo que circulam em seu território, o pagamento de altos percentuais para a compra, venda e aluguel de imóveis.

O QUE SÃO MILÍCIAS NA HISTÓRIA

Impressiona, no estudo do uso do termo milícia ao longo da história mundial, seu uso equivocado recentemente. A palavra *militia* tem raízes latinas que significam ‘soldado’ (miles) e ‘estado, condição ou atividade’ (itia) e que, juntas, sugerem o serviço militar. Mas milícia é comumente usada para designar uma força militar composta

de cidadãos ou civis que pegam em armas para garantir sua defesa, o cumprimento da lei e o serviço paramilitar em situações de emergência, sem que os integrantes recebam salário ou cumpram função especificada em normas institucionais. Podem ser tanto os que exercem a atividade de defesa de uma comunidade (pessoas, propriedades e leis) como os homens habilitados a cumprir esta atividade e que podem ser chamados a usar as armas em tais situações. Esse conjunto de pessoas pode também ser chamado de Guarda Nacional ou Forças de Defesa do Estado, em geral terrestres.

Na Inglaterra, nos tempos anglo-saxões já havia milícias, compostas por todos os homens capazes de lutar, encarregadas da manutenção da ordem e proteção das localidades pela tradição da *Common Law*. Posteriormente, ao fim do feudalismo, elas se tornaram ainda mais importantes, formando primeiramente uma força de homens não treinados, mas portadores de armas, em cada condado. O termo passou a se referir, então, aos homens protestantes que podiam ter armas e que constituíam uma força treinada com garantias constitucionais. Milícia tornou-se, assim, outra força militar que poderia atuar contra um monarca tirânico na defesa das liberdades civis.

Em outros países, é o exército oficial de reserva, composto de cidadãos soldados, tal como acontece na Suíça, que não tem exército nacional profissional. Em países onde o serviço militar obrigatório nunca foi popular, como na Austrália, milícia veio a ser o nome alternativo para as unidades de reserva do Exército, as Forças Militares dos Cidadãos, entre 1901 e 1980. O governo não podia usar esta força fora do território nacional. No Canadá, *Militia* designava o Exército, tanto o regular ou profissional quanto o de reserva, só mudando o seu nome em 1940, quando passou a ser o Exército Canadense. Milícia passou a ser apenas a tropa de reserva.

Em outros países que não têm o que se chamou de polícia, inventada pelos ingleses, um sistema de policiamento regional pode ser denominado milícia, como *Militsiya*, na antiga União Soviética. Em Cuba, há três organizações de milícia, uma equivalente a um exército de reserva, as Milícias de Tropas Territoriais, com aproximadamente um milhão de pessoas,

metade das quais são mulheres, o Ejército Juvenil del Trabajo, que atua na produção agrícola apenas, e uma milícia naval. Todas têm função militar e policial a um só tempo. Na China, a força de trabalho ligada ao Partido Comunista Chinês, atuando na produção diária, tem funções múltiplas de defesa e segurança da nação, ajudando na manutenção da ordem social e da segurança pública.

Durante a Segunda Guerra Mundial, na França ocupada pelo Exército Alemão, havia duas milícias: a da resistência contra a ocupação e a Milícia Francesa, uma força policial paramilitar que era comandada pelo governo de Vichy. Só esta última carrega uma imagem negativa por conta da perseguição que instaurou contra minorias étnicas e opositores políticos do regime de Vichy.

FORMAS DE SEGURANÇA PRIVADA E MILÍCIAS NO BRASIL

Atualmente, no Brasil, o termo milícia refere-se a policiais e ex-policiais (principalmente militares), uns poucos bombeiros e uns poucos agentes penitenciários, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, que tomam para si a função de proteger e dar “segurança” em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes predadores.

Na verdade, segundo os dados das pesquisas de vitimização realizadas pelo Núcleo de Pesquisa das Violências – Nupevi, ligado ao Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj, em 2006 e 2007, o termo encobre uma multiplicidade de situações que vão desde moradores não pagos encarregados pelos vizinhos de fazer a segurança da área, ou mesmo moradores pagos para o mesmo fim, que seriam vigilantes, até os ex-policiais. Estes cobram sem apelação pelas atividades de segurança e por vários outros serviços descritos em muitas matérias jornalísticas, prestados em localidades diferentes das de sua residência. Sem esquecer, ainda, os traficantes, alguns que não são pagos e outros que cobram de alguns moradores para garantir exercer a segurança local.

Os primeiros – moradores vigilantes – são civis que podem ter feito o serviço militar obrigatório,

portanto pertencentes à reserva do Exército Nacional, encarregados por seus vizinhos de proteger de assaltantes e traficantes. Só os moradores vigilantes se enquadram no que se chama de milícia pelo mundo afora. Constituem fenômeno novo no Rio de Janeiro, efeito de malsucedidas políticas de segurança pública ou da falta de algo que se poderia chamar assim.

Os que compõem as milícias de ex-policiais sequer são paramilitares. São militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que lhes fornece treinamento e armas. São os que têm ou tiveram a função de garantir o cumprimento da lei, mas agem ao arrepio da lei, contra a lei, não só para fazer da segurança um negócio lucrativo, mas também para explorar, em muitos outros empreendimentos, os mais vulneráveis entre os trabalhadores urbanos, aqueles que não têm garantias legais na habitação, não têm acesso à Justiça e à informação, não têm protetores institucionais nas localidades onde vivem.

Estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros Estados. A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira.

Os grupos de extermínio eram famosos nas décadas de 1970 e 1980 em várias capitais brasileiras, inclusive Recife e Salvador. Na Grande Rio, desde a década de 1960, Tenório Cavalcante notabilizou-se por empregar meios extralegais para resolver conflitos, afastar inimigos políticos e predadores da população. Nos anos 1980 também muito se falou sobre os justiceiros, os grupos de exterminadores e os linchamentos populares. Os nomes mudam,

os arranjos avançam na ilegalidade das ações, mas constituem um processo histórico de longa data para compensar os fracassos das políticas estaduais e federais de segurança pública.

Grupos de extermínio que ofereciam proteção e investiam nos negócios imobiliários já existiam desde os anos 1970 em algumas favelas da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, como em Rio das Pedras, povoada por migrantes nordestinos que se organizaram para impedir a entrada de traficantes, mas acabaram reféns dos que ofereceram segurança privada desde o início. A outra novidade é a presença maior, com dimensão só agora conhecida, de policiais e bombeiros nessas milícias. O que as difere dos grupos de extermínio é sobretudo o controle exercido sobre o território e o envolvimento com atividades comerciais que extrapolam a venda do serviço de segurança, tais como a cobrança de taxa indevida das cooperativas de transporte alternativo, a venda inflacionada de botijão de gás, a venda do *gatonet* (sinal pirata de TV a cabo), a cobrança de pedágios e de tarifa para proteção.

O controle sobre o território, que passa a ser dominado militarmente, talvez seja a característica mais importante do fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro, visto que os grupos de extermínio, também compostos por policiais e que existiam principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cobravam apenas de comerciantes locais e matavam por encomenda, sendo mais próximos dos pistoleiros sertanejos do que dos negociantes da segurança hoje encontrados na cidade. Além disso, o que é ainda mais grave, os milicianos vêm tentando ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativo e Executivo municipais e estaduais, construindo redes no interior do poder público, e até no Judiciário. Mas as resistências têm sido múltiplas e as últimas ações da Polícia Federal e da Justiça local indicam que há um processo para reverter o espaço ganho por este novo tipo de crime organizado no Estado.

Mas dizer que todas as formas de segurança privada nas áreas pobres têm este formato de milícia que sequer é paramilitar, por sua composição de militares ou ex-militares, é um exagero e uma distorção.

Há uma variedade de situações, já que se trata de um processo histórico. Em algumas áreas, moradores que sabem fazer uso de armas responsabilizam-se pela segurança sem cobrar nada dos vizinhos, ou seja, impedem que traficantes se instalem na localidade; em outras, os traficantes impedem gratuitamente assaltos mas não todas as outras formas de insegurança; em outras ainda, traficantes fazem o mesmo cobrando de vizinhos e comerciantes locais. Nas áreas de classe média, empregados uniformizados de empresas privadas, que são treinados e controlados pela Polícia Federal, tomam conta da vizinhança, que lhes paga muito bem; em alguns bairros, seguranças não uniformizados e sem contrato formal de trabalho são remunerados para garantir a segurança dos moradores; residentes e comerciantes de certos locais pagam a policiais para que forneçam a segurança que suas corporações não conseguem proporcionar. Nestes últimos casos, há mais liberdade no contrato entre os agentes da segurança e os moradores ou comerciantes locais. Representam soluções que, portanto, não podem ser confundidas com as milícias, que exercem controle sobre um território, não mantêm relação *contratado/contratante* nem obedecem à legislação vigente. Milicianos são fora-da-lei, tanto quanto os bandidos que reprimem e matam.

Muitas dessas soluções tiveram origem no medo provocado pelos tiroteios constantes, as mortes por armas de fogo vistas por todos os moradores, os corpos espalhados nas ruas, a presença de drogados e traficantes armados incontroláveis, situações que muitas vezes resultam em agressões, assédio sexual e várias formas de violência que deixam indignados os pais de família. Mas isso não quer dizer que exista garantia de segurança maior ou paz, visto que homens armados, inicialmente dispostos apenas a proteger seus vizinhos, são homens com o diferencial da arma de fogo que lhes dá poder também sem controle institucional e que, portanto, pode ser abusado. É isso que se observa no fenômeno da privatização da segurança nas áreas denominadas “de risco”, mas na verdade “de vulnerabilidade” a esquemas militarizados de poder, como os de grupos de milicianos ou de traficantes que violam os direitos de cidadania da população local.

EXPANSÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO

O discurso predominante sobre o surgimento e a expansão das milícias é de que elas teriam se popularizado a partir da experiência bem-sucedida de Rio das Pedras.¹ Como informou com orgulho um ex-representante da associação de moradores local: “Isso que você vê aí nos jornais, das milícias... Isso começou aqui em Rio das Pedras. Surgiu aqui e foi sendo copiado em outros lugares”. O fenômeno das milícias passou a ser mais expressivo, em termos de quantidade de favelas controladas, apenas a partir dos anos 2000 – época em que a fórmula taxas de segurança + monopólio do comércio de determinados produtos e serviços + assistencialismo não apenas já estava consolidada em Rio das Pedras, como também havia tornado essa favela famosa pela “segurança local”, “uma espécie de oásis em meio à barbárie”, como afirmou o sociólogo que primeiro a estudou (BURGOS, 2002, p. 34). Reconstruindo a história do controle exercido em Rio das Pedras paralelamente à expansão das milícias, percebe-se que a hipótese dominante, citada pelo informante, é bastante plausível.

Durante um longo período, dos anos 1970 até fins da década de 1980, a favela de Rio das Pedras foi dominada por um grupo que zelava pela mesma ordem prezada hoje pelos chamados milicianos, mas com atitudes mais arbitrárias, provocando inúmeras mortes na comunidade, em qualquer lugar ou horário, sob a justificativa de manutenção do código de conduta e de acertos de contas por disputas internas. O grupo era conhecido localmente como *polícia mineira* – como até hoje são chamados os grupos responsáveis pelo controle de Rio das Pedras, a despeito do aparecimento do termo *milícia*, amplamente utilizado pela mídia. No período em questão havia na população local um enorme sentimento de insegurança, como contaram alguns informantes:

A qualquer momento poderia ter alguém morrendo do teu lado; A década de 80 toda eu passava na rua assim, no final de semana, tinha sempre uns seis, sete ou oito defuntos; A gente, há uns 25 anos atrás, a

gente passava na rua em época de carnaval ou época de festa e era muitas listas, todo o carnaval tinha lista.

As listas mencionadas eram constituídas por nomes de pessoas que seriam executadas por se oporem às regras impostas pela *polícia mineira*. Essas pessoas assim condenadas à morte ou violaram o código de conduta ou estavam envolvidas em disputa interna ao grupo, o que muitos moradores denominam até hoje *conflito*.

No início da década de 1990, após muitas disputas, inicia-se a transformação da *polícia mineira*: o novo grupo que assume o controle da região parece ter adotado uma postura menos agressiva e arbitrária. Os moradores entrevistados mencionaram até uma sensível redução no número de assassinatos. O novo grupo tinha em seu comando geral o inspetor da Polícia Civil Félix Tostes, que estabeleceu práticas de atuação dos detentores do poder coercitivo ao mesmo tempo mais transparentes e mais previsíveis, suscitando, portanto, maior sensação de segurança nos moradores. Continuava a haver controle rígido da ordem, e os membros deste grupo novo recorreriam à violência sempre que fosse detectado algum desvio. Entretanto, as regras do jogo estavam mais explicitadas e o jogo de poder era feito às claras.

Exatamente nessa época, início dos anos 1990, o modelo foi adotado nas favelas Gardênia Azul e Tijuquinha, ambas muito próximas geograficamente da favela de Rio das Pedras. Segundo informantes, as milícias dessas favelas se não obedeciam ao inspetor Félix Tostes no mínimo nutriam respeito por ele e copiavam suas práticas déspotas sobre a população residente.

Alguns anos mais tarde, surgiram lideranças comunitárias envolvidas no auxílio às centenas de moradores desabrigados em virtude da enchente de 1996, entre elas o vereador Nadinho. A ascensão dessas lideranças – e a promoção de suas políticas assistenciais – à associação de moradores, aliada às novas práticas da *polícia mineira*, formou os alicerces necessários para produzir o que muitos viram como uma favela modelo, onde a associação de moradores, com o apoio e a proteção simbióticos da *polícia mineira*,

mantém a ordem local sem a presença de traficantes, assaltantes e outros predadores temidos. A relação é simbiótica porque a *polícia mineira* e a associação acabam por confundir-se. Apesar de dizerem que existe a *parte política* e a *parte da mineira*, sendo que “a mineira tem que saber de tudo o que acontece na parte política”, os moradores em geral confundem as duas denominações porque parece existir apenas uma estrutura de poder, ou seja, duas faces da mesma moeda. É o que indicam as falas registradas, tais como: “se o cara é da associação, o cara é matador” e o fato de utilizarem a expressão “caras da associação” para se referirem à *polícia mineira*.²

A associação passou a fazer também a intermediação entre o poder público e a favela, promovendo redes de solidariedade entre os seus dirigentes e os moradores, tal como acontecia em outras favelas da cidade (ZALUAR, 1985; ALVITO, 2001; BURGOS, 2002). Havia a intenção dos diretores de transformar a imagem da associação, como relatou um deles:

Os diretores da associação eram todos broncos, não tratava, falava com as pessoas com ignorância, ele maltratava. A gente quis mudar essa imagem, a gente quis trazer a associação, a comunidade pra dentro da associação, pra conhecer a associação, saber que a associação é um lugar público que você tem que ir. Na época, não existia projetos sociais na associação, os dois primeiros foi a escolinha pras crianças (judô) e alfabetização pra adultos. Então a gente tava querendo criar uma variedade de projetos sociais pra aqui, pra trazer a comunidade pra associação, pra fazer associação que de fato ela tem que fazer tem que ser representante política da comunidade. Ela tem que, ela tem que levar as necessidades da comunidade pra o poder público.

O trabalho realizado na associação de moradores surtiu efeito positivo, tornando-a digna de mais confiança – ou de menos desconfiança – do que em períodos anteriores, como relatam dois informantes:

Hoje em dia acho que as coisas são extremamente interessante. Você chega ali na associação, você entra: “quero falar com fulano, beltrano”. Não tem intimidação, período Nadinho é outra coisa... Você entra ali, você conversa. Agora você, algum tempo

atrás nesse período, você não ia nem na porta da associação. “Quem tu é? A mando de quem?” [...] As pessoas se sentiam intimidadas. Ou ia na associação pra, oh meu marido tá me batendo, tem um alguém fumando maconha do lado de casa.

A gente pode subir. O bom daqui é isso, né? Se fosse outro lugar, como você ia entrar na associação? Tem que ter permissão pra entrar, né? Ali entra criança, vai lá pra cima, lava a mão lá em cima, vai no banheiro lá em cima.

Ao perceber não apenas o potencial eleitoral, mas a real possibilidade de se elegerem candidatos da favela, Nadinho, sob o discurso da necessidade de representação da favela no governo como meio de alcançar as reivindicações e sanar as carências locais, candidatou-se a deputado estadual em 1998. A aposta foi certa e o candidato obteve 3.624 votos, tornando-se suplente pelo PT do B. Em 2000, tentou nova candidatura, dessa vez para o cargo de vereador, e, ainda pelo PT do B, obteve 8.085 votos, sendo mais uma vez suplente.

Em 2002 e 2003 a associação promoveu uma campanha de regularização e transferência de títulos eleitorais dos moradores de Rio das Pedras. Como se sabe, a favela é predominantemente composta por imigrantes nordestinos. Tal campanha foi realizada com o intuito de eleger Nadinho e consistia em andanças pela comunidade de pessoas ligadas à associação, que batiam de porta em porta explicando a utilidade de ter um representante de Rio das Pedras no Legislativo da cidade. Convencidos os moradores, eram marcados a hora e o local em que várias Kombis estariam esperando para levá-los ao TRE.

O discurso de convencimento era que “a comunidade tá largada, tá abandonada e a gente precisa de saneamento básico, a gente precisa de obra de estrutura... Enfim, o que vocês não têm. Olba pro lado aí, vocês não têm saneamento básico, o esgoto passa pela rua” [...] “Vamo, vamo, eu vou”. Aí o pessoal dava a palavra e dava a palavra para o pessoal que era da associação. E se eu sou da associação, eu levo aquela imagem: “ih, o cara é da associação, o cara é matador”, entendeu? [...]. Claro que a gente criou um grupo, um grupo de pessoas com, que sabia conversar... “Ó, vamo conversar com as pessoas assim, na máxi-

ma educação”. Enfim, a gente treinou esse grupo e fomos. E aí tiramos muitos, muitos títulos.

A campanha deu certo. Segundo o mesmo informante, foram tirados de 20 mil a 30 mil títulos e nas eleições de 2004, Nadinho – recém-filiado ao PFL e com apoio do prefeito César Maia –, elegeu-se vereador, com 34.764 votos, conquistando 24% dos votos válidos da 179ª zona eleitoral (Jacarepaguá) e 86% dos votos válidos da Escola Municipal de Rio das Pedras.

A partir de 2004, após a eleição de Nadinho, iniciou-se a grande expansão das milícias, abarcando áreas em Bangu, Penha, Engenho de Dentro, Pilares e Ramos, entre outras. A tomada dessas novas áreas ocorria através de conflitos armados entre milicianos e traficantes locais. Não raramente, a investida da milícia era precedida por incursões policiais, que enfraqueciam os traficantes. Em alguns casos houve tentativa de retomada da favela por parte do tráfico, gerando tantas mortes quanto notícias na mídia, como foi o caso da favela Kelson’s. Tomada por milicianos em dezembro de 2006, a favela foi alvo de novos confrontos com grupos de traficantes de drogas no início de 2007, tendo como resultado pelo menos nove mortes.

Hoje as milícias dominam 86 favelas (de acordo com o mapa das milícias fornecido pela Secretaria de Segurança do Estado e pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Alerj) e são compostas por vários grupos. Os mais expressivos são a milícia de Rio das Pedras – comandada por Félix Tostes até janeiro de 2007 e que parece passar hoje por uma disputa interna – e a Liga da Justiça, que atua em Campo Grande, supostamente comandada pelos irmãos Jerominho e Natalino Guimarães, recentemente presos em operação da Polícia Federal.

A DIVERSIDADE ENTRE AS MILÍCIAS

O trabalho de campo etnográfico nas áreas dominadas por milícias no Rio de Janeiro revelou que, apesar das semelhanças na sua composição e na forma de extrair lucros do território dominado, havia muitas diferenças na maneira de atuação desses grupos. Algumas não aceitam bailes *funk*, enquanto outras os estimulam. Umaz fazem a ronda sem ostentar armas,

em outras seus membros portam-nas e usam até toucas de ninja na comunidade, embora sempre detenham o monopólio do uso de armas. Algumas apresentam atitudes e comportamentos mais previsíveis, sendo possível orientar-se pelo que se espera dos seus membros, enquanto outras são o reino do arbítrio.

Em seu movimento de expansão, as milícias esbarraram em territórios disputados por facções do tráfico de drogas, onde os moradores nutrem alta desconfiança de qualquer tipo de dominação armada e muitos têm hábitos sociais veementemente reprovados pelas milícias, como o uso de drogas e a posse de armas. Essa diferença no contexto social de tais locais, atrelada à falta de ligação dos milicianos à comunidade que desejam dominar, forma o que se convencionou chamar de *milícias*, em oposição ao que denominamos *polícia mineira na associação*, representada prioritariamente por Rio das Pedras.

“Nós temos uma paz, conquistada por sangue, entendeu?”, falou um morador de Rio das Pedras sobre a atual relativa “tranquilidade do pessoal da associação”. As sucessivas disputas pelo comando da *polícia mineira* e a truculência que embebia suas ações figuram até hoje não apenas no imaginário dos antigos moradores de Rio das Pedras, mas também no dos recém-chegados. A mistura de respeito e medo que disso resultou guia muitas vezes a conduta dos moradores e a aceitação aos *caras*, que já não precisam de muito esforço para se impor, como contou um informante, referindo-se à época em que havia assumido um cargo na associação, ainda vinculada ao grupo miliciano:

Me lembro que um amigo um dia me levou pra resolver um problema que a mãe dele pediu. Tinha um vizinho que tava, que tava construindo e nessa construção, nesse construir da casa dele, ele prejudicou a casa da mãe do meu amigo, né? Eu cheguei lá pra tentar resolver o problema na máxima educação. Não foi preciso muito esforço...

Quando a *polícia mineira* se estabelece na associação, o código de conduta já está aceito pela população, seja por medo ou por falta de alternativa, a qual transforma as normas impostas em algo inevitável,

natural. Já não são mais necessárias tantas demonstrações conspícuas de força e poder. Não há armas à vista, nem atitudes visivelmente violentas.

Para manter o controle das áreas recém-povoadas e recém-conquistadas, estabelecendo logo de início os novos negócios e os compromissos eleitorais com políticos, passando por cima dos moradores, portanto sem receber apoio no cumprimento do código de conduta por parte de muitos deles, os componentes das novas milícias mantêm uma postura mais truculenta, buscando legitimar e consolidar seu poder através de ostentação de armas, de seguidos espancamentos daqueles que se recusam a seguir suas recomendações e de constantes ameaças aos moradores. Na Favela do Batan, o chefe da milícia, conhecido como Zero Um, andava pelas ruas usando touca de ninja e ameaçando os moradores; em Quintino, milicianos andavam exibindo armamento e teriam posto à venda algumas favelas, após sofrerem represálias por parte do 9º BPM (Rocha Miranda) e 3º BPM (Méier) pelas taxas cobradas de *barraqueiros* e *flanelinhas* da tradicional festa de São Jorge do bairro. Mais recentemente, a Favela da Carobinha, em Campo Grande, foi vendida de novo ao Comando Vermelho, ou seja, teve o seu território, onde vivem centenas de pessoas, entregue à facção do tráfico de drogas em troca de dinheiro.

A falta de ligação pessoal com as comunidades controladas e a não consolidação de seu código de conduta por este diferir muito do código anteriormente estabelecido tornam as milícias mais truculentas do que a *polícia mineira na associação*.

Apesar das diferenças entre os grupos, os moradores consideram como os principais motivos de ação de todos os milicianos – novos e antigos o interesse financeiro e pelo poder político e militar obtido pelo controle do território. Salvo diretores e ex-diretores da associação de moradores, nenhuma pessoa acreditava em solidariedade e luta pelo bem comum como valores motivadores das ações de milicianos.

A antiga *polícia mineira* é, de fato, menos agressiva e arbitrária do que as milícias novas, mas também subjugava a comunidade local e, portanto, não constitui absolutamente uma alternativa plausível para o controle democrático da criminalidade e da violência, ou

seja, para o estabelecimento da segurança realmente pública em favelas.

TRAFICANTES E MILICIANOS, SEGUNDO MORADORES: CRIMES COMETIDOS EM SEUS DOMÍNIOS

Durante 2007, o Núcleo de Pesquisa das Violências, apoiado financeiramente pela Finep, pelo CNPq e tecnicamente pelo IPP, realizou uma pesquisa domiciliar de vitimização em favelas cariocas, usando o mesmo instrumento e métodos usados em 2006 na cidade toda. Foram aplicadas 660 entrevistas em 60 setores censitários dentro de favelas (ou aglomerados subnormais, segundo o IBGE) no município do Rio de Janeiro. O trabalho de campo nas favelas permitiu a separação entre as dominadas por traficantes de drogas e as dominadas por milicianos, procedimento realizado pelos próprios entrevistadores. A amostra foi aleatória nas três fases: no sorteio dos setores censitários, na escolha dos domicílios em cada setor, segundo o critério do salto, e na seleção da pessoa entrevistada em cada domicílio, sendo utilizadas então as tabelas desenvolvidas por Elza Berquó.

Pelos dados da Pesquisa de Vitimização nas Favelas de 2007, constatam-se algumas diferenças entre as áreas controladas por grupos de tráfico e aquelas dominadas por milícias. A venda e o consumo de drogas, os assaltos, a frequência de barulhos de tiro e os assassinatos com armas de fogo têm índices sempre maiores nas favelas controladas por grupos de tráfico do que nas comandadas por milícias.

Nas favelas controladas por tráfico de drogas, mais do que o triplo dos entrevistados (45,0%) afirmou ter visto venda de tráfico de drogas em sua vizinhança em comparação aos entrevistados das favelas dominadas por milícia (14,9%). O consumo de drogas nas ruas também se apresentou muito maior nas primeiras favelas (52,2%) do que nas dominadas por milícia (18,5%). Este resultado demonstra que a tolerância dos moradores, forçada ou não, e a convivência com o uso e, principalmente, o tráfico de drogas é várias vezes maior, como seria de esperar, nas favelas dominadas por traficantes. Isso indica também que, pelo

menos publicamente, um dos objetivos claros da milícia é reprimir o uso e tráfico de drogas.

Porém, em relação a outros crimes mais temidos pela população, há diferenças marcantes entre as duas áreas. Naquelas dominadas por milícias, 26,6% dos entrevistados afirmaram ter visto assaltos na vizinhança. Já nas controladas por grupos de tráfico, 47,0% fizeram a mesma afirmação. A diferença é compreensível, pois traficantes e assaltantes se associam com frequência, enquanto as milícias, vindas dos grupos de extermínio, desde sempre foram criadas com o objetivo de impedir, por meios quase sempre ilegais, a presença de suspeitos de praticarem assaltos.

Esta característica das milícias manifesta-se também quando se questiona a quantidade de tiros ouvidos pelos moradores das diferentes áreas. Vê-se no Gráfico 1 que as tendências são quase inversas: 62% dos entrevistados das favelas dominadas por tráfico ouvem sempre ou frequentemente barulho de tiros, contra 15% dos entrevistados nas dominadas por milícia. Os que costumam ouvir barulhos de tiro de vez em quando somam 14% nas favelas dominadas por tráfico e, nas dominadas por milícia, 8%. Raramente ou nunca ouvem barulho de tiros 34,2% dos entrevistados nas favelas dominadas por milícia e apenas 11,6% nas dominadas por tráfico; 42,5% dos residentes nas favelas dominadas por milícia afirmaram nunca ter ouvido barulho de tiro, ao passo que, nas áreas controladas por traficantes, 12,3% fizeram a mesma afirmação.

Do mesmo modo, o percentual de entrevistados que viram pessoas sendo mortas por armas de fogo em favelas dominadas por tráfico de drogas (16,3%) é quase o dobro do registrado nas áreas controladas por milícia (8,6%).

Os números apresentados até agora demonstram que se cometem menos crimes e, principalmente, que há menos armas de fogo nas favelas dominadas por milícia, onde existiriam mais paz e tranquilidade. Para confirmar esta aparente paz, foi montada uma variável sintética “crimes vistos e ouvidos”, com base nas seguintes questões, todas elas relativas à vizinhança onde mora o entrevistado: “viu ou ouviu pessoas armadas brigando?”; “viu ou ouviu mulheres sendo agredidas pelos maridos/companheiros?”; “viu ou

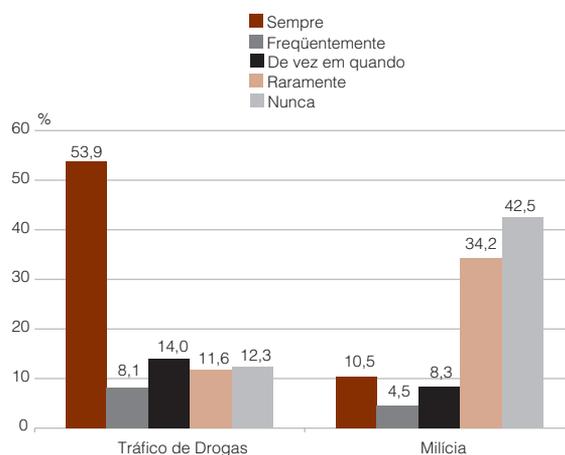
ouviu pessoas assaltadas nas ruas da vizinhança?"; "viu ou ouviu crianças ou adolescentes sendo agredidos?"; "viu ou ouviu pessoas sendo levadas à força?"; "viu ou ouviu pessoas sendo mortas por armas de fogo?"; "viu ou ouviu policiais extorquindo?"; "viu ou ouviu policiais atirando sem provocação?". Posteriormente, foi feita uma grade para muitos crimes, poucos (gradação média), muito poucos e nenhum crime vistos ou ouvidos, sendo que muitos e poucos indicariam grande atividade criminosa na vizinhança, enquanto muito poucos ou nenhum indicariam baixa ou nenhuma ação criminosa.

Nas áreas dominadas por grupos do tráfico de drogas, como mostra o Gráfico 2, as proporções de muitos crimes vistos e ouvidos (11,8%) e poucos crimes (26,8%) somam 38,6%, enquanto nas favelas dominadas por milícia, os índices de muitos crimes vistos e ouvidos (11,1%) e poucos (18,2%) somam 29,3%, ou seja, há 11,3% mais crimes vistos e ouvidos nas favelas controladas por traficantes. Com os indicadores de baixa atividade criminosa, a situação se inverte e a proporção de muito poucos crimes vistos ou ouvidos é 23,5% maior nas favelas controladas por milícias (57,7%) do que nas controladas pelo tráfico (40,7%). No entanto, os percentuais de nenhum crime visto ou ouvido tanto nas áreas dominadas por milícias (13,1%) como nas controladas pelo tráfico (20,7%) surpreendem por serem muito altos. Podem indicar medo de responder a essas perguntas, que seria maior em algumas das favelas dominadas por traficantes, mas também presente nas dominadas por milicianos.

Há, entretanto, dois pontos em que as áreas dominadas por milícia apresentam índices semelhantes ou maiores que as favelas comandadas por tráfico de drogas: pessoas que viram outras sendo levadas à força e pessoas agredidas. Enquanto 8,8% dos entrevistados de favelas dominadas por tráfico afirmaram

Gráfico 1

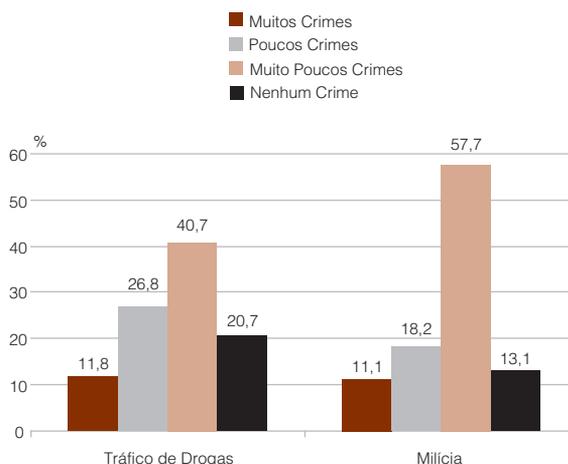
Moradores que Costumam Ouvir Barulhos de Tiros em Áreas Controladas por Tráfico de Drogas e Milícia Município do Rio de Janeiro – 2007



Fonte: Nupevi/IPP/Finep. Pesquisa de vitimização 2007.

Gráfico 2

Crimes Vistos e Ouvidos em Áreas Controladas por Tráfico de Drogas e Milícia Município do Rio de Janeiro – 2007



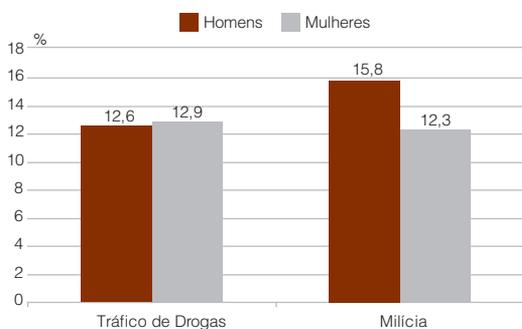
Fonte: Nupevi/IPP/Finep. Pesquisa de vitimização 2007.

ter visto moradores sendo levados à força, 7,8% dos residentes em favelas controladas por milícia afirmaram o mesmo. Esses percentuais são altos em um país que tem instituições ordenadas pelos direitos do cidadão e demonstram a violação desses direitos levada a cabo por grupos dominantes, provavelmente armados, além de policiais que também infringem as leis vigentes com grande frequência.

Com relação à agressão física, as áreas controladas por milícias, onde o percentual de homens agredidos (15,8%) é quase o dobro da média da cidade do Rio de Janeiro (8,9%), suplantam as dominadas por grupos de tráfico de drogas, onde 12,6% dos homens afirmaram ter sofrido agressão. No que concerne às mulheres, em áreas controladas por tráfico a proporção é de 12,9%, quase a mesma das áreas de milícia, 12,3% (Gráfico 3).

Gráfico 3

Homens e Mulheres Agredidos na Vida Toda em Áreas Controladas por Tráfico de Drogas e Milícia
Município do Rio de Janeiro – 2007



Fonte: Nupevi/IPP/Finep. Pesquisa de vitimização 2007.

Considerando que a agressão sofrida por mulheres é basicamente doméstica, enquanto a sofrida pelos homens acontece principalmente fora de casa, percebe-se que em áreas de milícia ocorrem mais agressões a homens, ou seja, no espaço público, do que nas favelas controladas por tráfico de drogas.

Isso acontece porque os métodos de coerção utilizados por milicianos são diferentes dos empregados por traficantes. Simplificando uma complexa questão,

pode-se dizer que milicianos agredem ou batem mais, enquanto traficantes fazem mais uso da arma de fogo para resolver quaisquer questões, mesmo quando do aviso de que a morte se seguirá.

A maior parte dos dados sugere que haveria um ambiente mais “pacífico” nas áreas controladas por milícia, mas resta saber se esta paz não é imposta pelo domínio arbitrário que nada tem a ver com a segurança pública obtida em países de democracia consolidada. Analisando tais áreas com maior proximidade do que a permitida pelos dados quantitativos, a pesquisa qualitativa revela que a dinâmica dos milicianos ocorre devido a uma diferença entre os métodos coercitivos utilizados por eles e por traficantes, com maior ou menor uso de armas de fogo entre grupos rivais do mesmo tipo. Os primeiros agem na perspectiva policial de reprimir violentamente, enquanto estes usam o homicídio ou a *guerra*, como denominam os constantes conflitos armados em que se envolvem na luta com outros grupos de traficantes, ligados a comandos inimigos. Enquanto os traficantes estão divididos em comandos inimigos que fazem guerra entre si, os milicianos ainda estão aliados em toda a cidade, no que há vários anos é chamado popularmente de *Comando Azul*. Enquanto os traficantes sofrem os efeitos de confrontos armados constantes com a Polícia Militar, os milicianos contam com pelo menos a conivência ou indiferença dos chefes das corporações, que só os atacam quando há ordens superiores. Mas é inegável que o controle e a exploração para fins lucrativos de um território, sem o amparo da lei, tal como operado pelas milícias, podem desembocar no uso abusivo da força, pois não tem apoio na Justiça, de modo a manter suas imposições nos conflitos internos e externos ao grupo.

O caso das milícias cariocas não é diferente. Apesar de se apresentarem como perpetradoras da paz e da segurança, elas impõem leis próprias, ao arrepio da Constituição Brasileira de 1988 e do Código Penal vigente. Sobre a conduta do morador das áreas de milicianos, pode-se dizer que não deve ser diferente daquela indicada no Código Penal brasileiro: roubos, comércio e uso de drogas ilícitas, furtos, estupro, etc. são terminantemente proibidos. Acrescente-se, porém, o silêncio quanto às atividades ilegais exercidas

e monopolizadas pelos grupos dominantes, também constantes do Código Penal. As penas sentenciadas aos que infringem as “leis” locais, ou seja, as “leis das milícias” diferenciam-se tanto do código vigente no Estado brasileiro quanto do praticado nas áreas controladas por tráfico de drogas. O infrator é *avisado* por meio de agressões físicas da impossibilidade de repetir a infração. Só em caso de reincidência ele é expulso da favela e, dependendo da gravidade da situação, é sentenciado à morte. Em outras palavras, a milícia tem como prática, em um primeiro momento, espancar – ou espancar e expulsar da favela – aqueles que infringem o código de conduta estabelecido por ela e, em um segundo momento, caso a pessoa cometa novamente transgressão, assassiná-la. Como declarou um informante de Rio das Pedras:

Eles não expulsam de primeira, nem matam de primeira [...]. Dão umas porradas, entendeu? Se o moleque continua enfrentando, aí que vai ser tomada outra atitude.

As mortes causadas por milicianos trazem um caráter de mensagem de poder que não pode ser contestado pelos moradores, sendo, menos freqüentes do que as provocadas por traficantes, que hoje matam de modo mais explosivo, incontrolado e arbitrário, além de estarem em guerra constante ou entre si ou com a polícia.

ATUAÇÃO DA POLÍCIA EM ÁREAS CONTROLADAS POR MILÍCIA

Justamente por se auto-identificar como mantenedora da ordem local, a milícia apresenta procedimentos percebidos como menos agressivos do que aqueles utilizados pelos bem armados traficantes de drogas. Além disso, deve-se notar que a origem dos milicianos nos próprios quadros policiais os prepara para estabelecer e manter a ordem sem os desmandos e arbítrios cometidos por traficantes. Como combatem alguns dos crimes violentos mais temidos pela população, recebem também apoio imediato daqueles que não desejam ter traficantes e assaltantes como vizinhos.

Entretanto, mais importante ainda, sendo as milícias compostas em sua maioria por policiais civis, militares e bombeiros militares, além de guardas penitenciários, ativos ou aposentados, sua presença em favelas garante uma atuação diferenciada dos próprios policiais, agentes públicos de segurança. As incursões da Polícia Militar são pacíficas. Em Rio das Pedras, por exemplo, percebe-se que a postura dos policiais responsáveis pela ronda, sem ostentar armas para o lado de fora da viatura, é menos hostil do que a utilizada até mesmo no asfalto.

Os dados da Pesquisa de Vitimização em Favelas apontam claramente para a disparidade entre as ações policiais em favelas dominadas por traficantes e favelas dominadas por milicianos. Nas favelas dominadas por tráfico de drogas, 15,7% dos entrevistados afirmaram ter visto policiais atirando sem provocação, o triplo do aferido nas favelas dominadas por milícia (5,2%). Nestas, registra-se metade do percentual de entrevistados que viram policiais extorquindo (8,2%) em relação às favelas dominadas por tráfico de drogas (19,6%).

Em seu discurso oficial, as Polícias Civil e Militar justificam a diferença de sua conduta nessas áreas, atribuindo-a à reação armada dos traficantes, enquanto milicianos não reagiriam. Além disso, com um trabalho de inteligência bem realizado, os milicianos poderiam ser presos diretamente no quartel.³ Investigações sobre milicianos, porém, figuram no discurso policial como atividades trabalhosas e perigosas. Uma vez que as milícias são compostas também por policiais, que conhecem bem os procedimentos e as possíveis linhas investigativas, suas ações seriam realizadas de tal modo que não permitissem qualquer enquadramento penal de seus componentes. Provas incriminatórias seriam de difícil aquisição.

Há ainda a idéia de que retirar a milícia de uma favela seria negativo para a população local, visto que a postura de traficantes diante de possíveis colaboradores ou apoiadores de milicianos é impiedosa e as constantes guerras entre facções rivais deixam muitas vítimas inocentes, além de transformarem a vida cotidiana local, por conta de constantes tiros, cadáveres expostos e demais cenas explícitas de violência.

CONFIANÇA DOS MORADORES DE FAVELAS NAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR

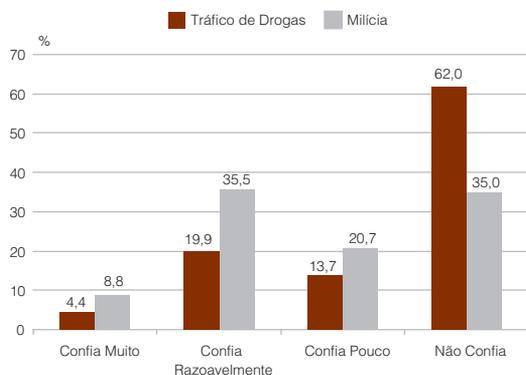
A diferença da atuação policial tem efeitos notáveis sobre os graus de confiança conferidos às polícias militar e civil pelas pessoas entrevistadas na pesquisa de vitimização. Deve-se levar em consideração, mais uma vez, que algumas respostas podem ter sido influenciadas pelo medo de possíveis represálias por parte dos dominadores locais.⁴

Mesmo assim, os percentuais de desconfiança em relação às polícias são muito elevados em todas as favelas, embora menores nas que têm milícias. Nas favelas dominadas por tráfico, apenas 4,4% dos entrevistados confiam muito na Polícia Militar, 19,9% confiam razoavelmente, 13,7% confiam pouco e 62,0% não confiam. Já nas dominadas por milícia, 8,8% confiam muito na polícia, 35,5% confiam razoavelmente, 20,7% confiam pouco e 35,0% não confiam.

Nas favelas dominadas por tráfico, 2,3% dos entrevistados confiam muito na Polícia Civil, 18,3% confiam razoavelmente, 17,6% confiam pouco e 61,8% não confiam. Já nas dominadas por milícia, 2,6% confiam muito na polícia, 38,6% confiam razoavelmente, 11,7% confiam pouco e 47,0% não confiam.

Gráfico 4

Confiança na Polícia Militar nas Favelas Dominadas por Tráfico de Drogas e Milícia
Município do Rio de Janeiro – 2007



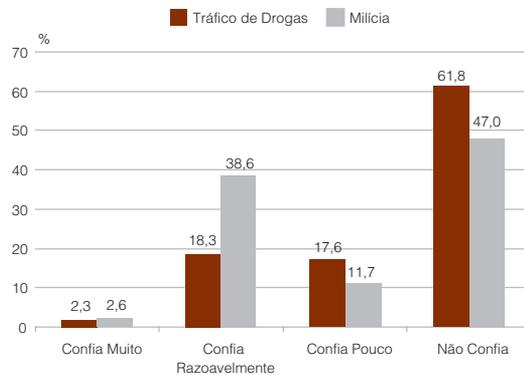
Fonte: Nupevi/IPP/Finep. Pesquisa de vitimização 2007.

SENSAÇÃO DE SEGURANÇA DOS MORADORES DE FAVELAS

No que tange à sensação de segurança na vizinhança, as diferenças entre as duas áreas não são tão significativas, podendo estar na margem de erro. As favelas controladas por milicianos tiveram avaliação ligeiramente melhor do que aquelas dominadas por traficantes: 51,0% dos moradores das primeiras áreas afirmaram estar mais seguros do que os residentes de outros bairros da cidade, enquanto 42,7% dos habitantes dos últimos locais afirmaram o mesmo; apenas 6,9% dos primeiros declararam sentirem-se menos seguros que os demais, enquanto o triplo (18,1%), entre os últimos, afirmou o mesmo. Entretanto, a segurança sentida ao sair sozinho de casa à noite (respectivamente, 31,8% e 30,0%) e ao sair de casa de dia (respectivamente, 60,9% e 61,8%) foram similares nas duas áreas. A diferença volta a aparecer na segurança sentida ao permanecer sozinho em casa (80,3% e 91,0%), visto que 10,0% dos moradores de favelas dominadas por tráfico não se sentem seguros nem em casa. Isso se compreende pelo tiroteio constante, tanto nas guerras entre quadrilhas, quanto nas incursões armadas das polícias nessas áreas.

Gráfico 5

Confiança na Polícia Civil nas Favelas Dominadas por Tráfico de Drogas e Milícia
Município do Rio de Janeiro – 2007



Fonte: Nupevi/IPP/Finep. Pesquisa de vitimização 2007.

Desse modo, a sensação de insegurança permanece, embora possa estar afetada pelas imagens dos outros bairros da cidade muito expostos na mídia e associados à violência. Mas violências e crimes, ligados à sensação de insegurança, con-

tinuam e continuarão a fazer parte do cotidiano dos moradores de favelas no Rio de Janeiro até que se implante uma política de segurança pública respeitadora dos direitos de cidadania, dentro das normas legais do país.

Notas

1. O trabalho de campo etnográfico em Rio das Pedras foi realizado pelos pesquisadores do Nupevi Isabel Siqueira Conceição, que prepara tese de mestrado sobre o assunto, e Marcio Dark, com o apoio da Finep.

2. Para se referirem aos milicianos, os moradores de Rio das Pedras costumam usar os termos “pessoal da associação”, “os caras” e “os zé maria”.

3. Nota-se aí o reconhecimento explícito de que as milícias têm em seus quadros oficiais de polícia na ativa.

4. Na pesquisa de campo realizada em Rio das Pedras, observou-se que todos os entrevistados, mesmo em suas próprias residências, abaixavam o tom de voz e olhavam para os lados antes de começar a falar sobre a *polícia mineira*.

Referências Bibliográficas

ALVITO, M. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BURGOS, M.B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras. In: _____. (Org.). *A utopia da comunidade* – Rio

das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, 2002.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALBA ZALUAR

Professora de Antropologia da Uerj, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa das Violências do Instituto de Medicina Social da Uerj e Pesquisadora CNPq.

ISABEL SIQUEIRA CONCEIÇÃO

Licenciada em Sociologia pela UFRJ, Pesquisadora Núcleo de Pesquisa das Violências do Instituto de Medicina Social da Uerj.

Artigo recebido em 29 de agosto de 2008.

Aprovado em 17 de outubro de 2008.

Como citar o artigo:

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.